



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: Análise
de questões sociais, econômicas e ambientais**

MOACI LEAL BARBOSA

**Campina Grande – Paraíba
Março de 2018**

Moaci Leal Barbosa

**PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE:
Análise de questões sociais, econômicas e ambientais**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Prof. Dr. José Otávio Aguiar

Orientador

Campina Grande – Paraíba

Março de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B238p

Barbosa, Moaci Leal.

Processo de verticalização na cidade de Campina Grande : análise de questões sociais, econômicas e ambientais / Moaci Leal Barbosa. – Campina Grande, 2018.

55 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. José Otávio Aguiar".

Referências.

1. Verticalização – Campina Grande-PB. 2. Construção Civil. 3. Expansão Urbana. 4. Acidentes de Trabalho. 5. Desenvolvimento Estrutura da Cidade. I. Aguiar, José Otávio. II. Título.

CDU 711.167(043)



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

Moaci Leal Barbosa

Campina Grande

2018

PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE:

Análise de questões sociais, econômicas e ambientais

Monografia Avaliada em __/__/__ com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Professor José Otávio Aguiar

Orientador

Professora José Otávio Aguiar

Examinadora

Mestranda Kaqrolina Kelli GregorioLins

Examinadora

Dedico esse trabalho ao meu Deus, o Senhor da minha vida, meu salvador Jesus Cristo, que me trouxe em seus braços de amor até aqui, meus esforços de nada teriam adiantado se Ele, do alto do seu trono, não tivesse me dando amparo e força sempre, sem que eu mereça coisa alguma. Ao Santíssimo Espírito Santo de Deus, toda honra gloria e louvor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais (in memoriam), que me educaram para a vida e formaram meu caráter, agradeço a Deus que eles não estivessem comemorando conosco esse momento, porém o legado deles nunca será esquecido;

Meus irmãos, colegas de universidade, colegas de trabalho, meus professores, que tanto me ajudaram e em especial ao professor Jose Otavio Aguiar, meu orientador;

Agradeço de forma especial a família que Deus me deu de presente e que amo tanto, minha esposa Mariana Nunes Ribeiro Leal e nossos filhos, Arthur Nunes Tavares e Heitor Nunes Leal, motivo da minha insistência em vencer os obstáculos que encontrei nessa caminhada, por compreenderem minha ausência constante, pelo carinho e amor.

***“O temor a Deus é o princípio da sabedoria”
(Provérbios 9:10ª)_***

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de verticalização da cidade de Campina Grande nas últimas décadas, para isso destacaremos três fatores para melhor compreender esse processo. Inicialmente analisaremos a necessidade de se ter esse avanço vertical. Em seguida veremos as consequências desse avanço e por fim analisaremos qual foi a contribuição desse processo para os operários da nossa cidade em termos de qualidade de trabalho e segurança. A verticalização é uma necessidade encontrada nas grandes cidades para solucionar os problemas de uso e ocupação do solo. Tal processo está relacionado à valorização dos terrenos, à boa infraestrutura, à segurança e comodidade. Campina Grande tem hoje uma dinâmica automobilística que não condiz com sua capacidade espacial, temos um inchaço no trânsito e isso se deve muito ao crescimento vertical. Nos horários de pico tem-se uma noção maior dessa problemática, nesse contexto observamos que isso ocorre muito pelo fato de que enquanto a cidade cresce verticalmente os automóveis enchem a cidade e ocupam o espaço que não estava preparado para isso. Podemos observar que esse avanço na verticalização em Campina Grande traz alguns fatores que devem ser estudados como o aproveitamento do solo, segregação da periferia, a vida dos operários e sua valorização, as mudanças climáticas por causa do barramento do vento, a alteração na paisagem e o acúmulo de veículos na cidade. Essas são algumas consequências e causas da verticalização e iremos analisar melhor essa dinâmica. A verticalização aconteceu com o processo da evolução urbana, estando associada às ações das atividades econômicas e imobiliárias que atualmente passam por diversos investimentos do setor privado, ocasionando uma nova modelagem na infraestrutura urbana.

Palavras-chave: Verticalização; Campina Grande; Construção civil; Expansão urbana; Acidentes de trabalho, Desenvolvimento Estrutura da cidade.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the process of verticalization of the city of Campina Grande in the last decades, we highlight three factors to better understand this process, first what is the need to have this vertical advance, then we will see the consequences of this advance and finally we will analyze what was the contribution of this process to the workers of our city in terms of quality of work and safety. The verticalization is a necessity found in the big cities to solve the problems of use and occupation of the ground. This process is related to the valorization of the land, good infrastructure, safety and convenience, Campina Grande has today an automobile dynamics that does not match its space capacity, we have a swelling of vehicles and this is basically due to vertical growth. At peak times we have a greater sense of this problem, in this context we observe that this is due to the fact that as the city grows vertically the cars fill the city and occupy the space that was not prepared for it. We can observe that this advance in the verticalization in Campina grande brings some factors to be studied such as the use of the soil, segregation of the periphery, the life of the workers and their valorization, the climatic changes due to the wind bus, the alteration in the landscape and the accumulation of vehicles in the city. These are some consequences and causes of verticalization and we will analyze this dynamics better. The verticalization happened with the process of urban evolution, being associated with the actions of the economic and real estate activities that currently undergo several investments of the private sector, causing a new modeling in the urban infrastructure.

Key-words: Verticalization; Campina Grande; Construction; Urban expansion; Accidents at work, Development Structure of the city.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: As causas do avanço do processo de verticalização em Campina Grande.....	18
CAPÍTULO 2: Consequências observadas a partir do crescimento do processo de verticalização.....	29
CAPÍTULO 3: Expectativa dos trabalhadores da construção civil de Campina Grande inseridos no processo modernizador e hávido por progresso representado pela a verticalização	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem um viés social, ou seja, buscamos motivos e consequências pelos quais Campina Grande cresceu tanto de forma vertical, entendemos que é relevante essa pesquisa pelo fato de que, mesmo tendo outros trabalhos nessa área, nosso foco é novo e pouco observado por outros pesquisadores. Procuramos focar nas preocupações ambientais, as questões trabalhistas e acidente de trabalho, além do problema geográfico que permeia nossa cidade. Olhar o desenvolvimento vertical de Campina Grandes se fez a partir de uma preocupação com a expansão desenfreada e sem noção real de espaço, a degradação do trabalho e do trabalhador, suas perspectivas desconsideradas e, até certo ponto, descartadas bem como os critérios paisagísticos que de certa forma não foram levados em conta. Buscamos observar a situação da moradia em nossa cidade e como se deu a segregação das famílias mais humildes espremidas nas periferias.

Alguns fatores nos impellem para a necessidade de compreender características que levaram Campina a receber uma tendência a abraçar a causa modernista, diriam, porém, alguns ambientalistas como José Otavio Aguiar, Mariana Fialho Bonates e Janes Jorge, que modernismo não seria exatamente as arquiteturas e monumentos de vidro e seus concretos bem armados, seria muito mais do que isso. Modernização parte, sobretudo, da mentalidade cultural de cada lugar, acreditamos ainda que o moderno e o clássico ou tradicional, como é muito usado, seria o ideal, seria a combinação perfeita. Nessa linha tênue de pensamento o Brasil involui, quanto ao senso crítico no que diz respeito às necessidades e consequências do avanço vertical em nosso país, esse processo nos leva a muitas indagações, muitas questões que não foram feitas, e quando foram em sua maioria não tiveram o respaldo devido.

Compreendemos bem que o processo de modernização deixou a muito tempo de ser apenas uma forma de deixar as cidades mais modernas, esteticamente seria o colírio dos olhos de todos, isso apenas para mostrar que a cidade estava inserida em um processo e abarcaria muitas outras cidades e assim estaria dentro do processo modernizador. No entanto hoje a necessidade vai além da mera estética, muito embora esse fator ainda seja relevante, temos hoje a busca sobretudo de segurança: as pessoas estão buscando mais qualidade de vida e junto com a

segurança temos também o lazer, a comodidade e a praticidade que este tipo de moradia oferece.

Os condomínios estão cada dia mais focados no entretenimento, no lazer e segurança, com piscina, área poliesportiva e espaço para caminhada e musculação, tudo isso demonstra que os condomínios verticais estão se desvinculando da ideia apenas de moradia, oferecendo aos moradores segurança do desligamento do mundo externo. Essa prática já era muito usada pelos condomínios horizontais e aqui passamos a observar outro ponto muito relevante da nossa pesquisa que seria o aproveitamento do espaço, pois a grande dificuldade dos condomínios horizontais era justamente tal questão. Nos condomínios verticais, em pouco espaço há muitos moradores, no entanto esses não tinham espaço suficiente para oferecer outros atrativos, porém aos poucos foi incorporando atrativos (mesmo em um espaço reduzido) necessários para que os moradores encontrassem o que procuravam.

Com isso as empresas passaram a investir muito mais nos condomínios verticais, em um espaço pequeno proporcionar muitas moradias, aproveitando o solo modernizando e movimentando a economia local de forma muito mais eficiente e com custo mais baixo, favorecido pelo baixo desprendimento financeiro para aquisição do espaço, e nesse local abarcando muitos moradores. É relevante observar que existem leis que norteiam esses empreendimentos, e, portanto, regras devem ser seguidas para que sejam erguidos os edifícios. No entanto não se faz necessário pesquisar muito para encontrarmos problemas quanto a essa prática tão corriqueira nas grandes cidades. Sobre essas questões iremos observar que, em sua maioria, as mudanças ocorridas nas cidades não são apenas de cunho paisagístico, mas também no aspecto climático e dificuldade de mobilidade.

O processo de verticalização começa no Brasil por volta da década de 1970, principalmente nas duas metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Como a verticalização e a urbanização desenfreadas e não planejadas tem sido um fenômeno comum em nossas cidades nas últimas décadas, nossa escrita buscará, inicialmente, detectar as especificidades de nosso objeto em caráter de ruptura e dessemelhança, para, em seguida, relacioná-lo em suas condições de possibilidade históricas, sociais e espaciais do Brasil contemporâneo.

O processo de verticalização de Campina Grande tem seu auge entre 1996 e 2014, a segurança dos trabalhadores envolvidos nesse trabalho, as relações entre

os patrões e os operários da construção civil, o contexto desse processo no que tange a temporalidade e avanço desenfreado das expansões modernistas campinense, tudo isso vem à tona nesta pesquisa que visa observar e analisar tal temática buscando as consequências desse avanço modernizador, quais as possibilidades e condições de trabalho na construção de edifícios.

É necessário investigar qual é a realidade dessa verticalização, neste sentido nossa pesquisa gira em torno de três aspectos, são eles: causas do processo de verticalização, consequências desse processo e a segurança dos trabalhadores envolvidos nas obras, ou seja, questões financeiras, ambientais e trabalhistas. Entender como funciona esse processo e como ele vem afetando o clima e a paisagem da nossa cidade. Nosso tema propõe fazer uma busca da origem do processo de modernização e avanço da construção civil em Campina Grande no campo da construção de edifícios, a pesquisa documental, planta de edifícios e em trabalhos teóricos acerca da forma e avanço da construção de edifícios em Campina Grande, das reclamações reivindicações dos sindicatos e boletins de acidentes ou denúncias feitas.

Campina Grande, município do Agreste Paraibano, tornou-se historicamente conhecida como a Rainha da Borborema. Localizada a 130 km da capital, João Pessoa, seu apelido se refere a serra que se estende por aproximadamente 250 km entre os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba e ao fato de ter-se afirmado ao longo do século XX como uma das cidades mais importantes do interior do Nordeste. Na Paraíba, a altitude maior da Serra é de 1197 metros, em Campina Grande fica acima dos 552 metros, o que lhe confere ao sítio urbano uma conhecida agradabilidade, devido ao clima ameno, bastante diferenciado das regiões que lhe são limítrofes ao Oeste e ao Sul, em direção ao Sertão e ao Cariri, onde predomina uma vegetação de transição para a Caatinga e os climas são mais quentes e secos. Entretanto, em direção ao Nordeste a vegetação vai se tornando mais abundante, o clima mais frio, pois, é nessa direção que o Agreste, cheio de árvores e pastagens, onde se localiza a cidade, começa sua transição para o Brejo Paraibano. No verão, as temperaturas ficam altas, com máximas entre 28°C e 35°C com mínimas agradáveis, entre 22°C e 19°C. Já no inverno, o tempo não chega a esquentar, com máximas entre 22°C e 27°C, e com mínimas entre 15°C e 20°C.

Entre os anos de 1996 e 2014, Campina Grande, na Paraíba, viveu a intensificação de um grande processo de verticalização, que, continuando em curso, modifica gradativa e significativamente a paisagem urbana daquela cidade média interiorana. Ainda segundo dados do IBGE, em 2010, a cidade de Campina Grande sofreu um aumento mediano e gradativo no referente ao número de pessoas morando em apartamentos, sendo 6,6% da população, quase 26 mil pessoas, destacando que, segundo o censo de 2010 a cidade possuía uma população de 385.213 habitantes. O processo de verticalização urbana, no qual a cidade se envolve há algumas décadas vêm modificando significativamente o clima, segundo a AESA isso vem tornando-o mais abafado e influenciando a percepção de temperaturas mais altas nas regiões afetadas. Segundo o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA-PB), em cinco anos houve um exponencial crescimento urbanístico de Campina Grande. Entre 2007 e 2012, cerca de 100 novos prédios com mais de 10 andares foram construídos no município.

Para a realização da pesquisa, escolhemos a busca das fontes teóricas, documentais, mapas e plantas de prédios, além de tentar nos ambientar nos mundos da Construção Civil que se inter-relacionam na experiência cotidiana e social dos atores envolvidos, quais sejam os arquitetos, os engenheiros, os mestres de obra e os operários. Tais segmentos, enquanto categorias profissionais, mas, também, como moradores e cidadãos de Campina Grande. Uma interrogação inicial seria em que medida as transformações da paisagem e do clima, elementos ambientais que fazem da cidade um espaço de natureza e segunda natureza os impactam objetiva e subjetivamente. Estudamos as concepções arquitetônicas e de progresso envolvidas na corrida verticalizadora, as estratégias justificadoras desse empreendimento com base na busca de segurança, bem como suas bases econômicas e políticas que a sustentam. É fato que desde a década de 1950 a cidade de Campina Grande já se expandia em busca da modernidade:

Nas décadas de 1940-50 registram-se o maior índice de crescimento da cidade, tanto em população como em área urbana, pois, 1947, a cidade contava com 13.259 prédios, mais de 70 Ruas, mais de 300 logradouros públicos, 07 avenidas e 06 praças pavimentadas, período que Campina se consolida como centro regional importante de todo interior nordestino, resultado da acumulação de capital oriundo do comércio do algodão e do sisal (OLIVEIRA, 2007)

A Liverpool Brasileira, como ficou conhecida a cidade de Campina Grande a partir da década de 1930, em virtude do comércio de algodão, vivenciou um intenso crescimento, na década 1940 com a industrialização e a evolução das atividades comerciais, a cidade começa a tomar a feição da modernidade com a construção de edifícios, com reformas urbanas e com o sentimento de progresso e modernidade, sentimento esse que atingirá seu ápice em 1960, “quando Campina Grande possuía características de uma cidade moderna, como a população urbana superior à rural (120.951 e 36.629 habitantes, respectivamente)” (BONATES, 2010). Os primeiros edifícios construídos na cidade foram: O Rique, O Palomo e o Lucas, entre as décadas de 1950 e 1960, dando novos ares à cidade interiorana. Por quase 30 anos (1930-1960), serão elaborados vários planos e legislações na cidade, “destaca-se o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade de Campina Grande, ainda na década de 1930 (de Nestor Figueiredo) e outras obras empreendidas pela administração pública na década seguinte” (BONATES, 2010).

O processo de verticalização se mostra visível e em grande expansão principalmente durante a década de 90, quando não só Campina Grande, mas várias cidades do país elaboraram Planos Diretores, “a determinação constitucional [...] definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes” (BONATES, 2010). É, nesse momento, que o Plano Diretor que conhecemos hoje é elaborado. A Lei nº 3.236 institui em 1996, de fato, o Plano Diretor de Campina Grande, o PDCG, dividindo o território municipal em Zona Rural e Urbana (Zonas Adensáveis, de Ocupação Indicada, Não Adensáveis e de Expansão Urbana). Primeiramente, o Plano Diretor orientava uma Zona de Expansão Urbana para as direções: Sul, Sudoeste e Oeste da cidade, mas, “apesar dessa determinação legal, essas áreas não foram de interesse do mercado imobiliário nem, portanto, focos potenciais do processo de verticalização” (BONATES, 2010).

Em 2006, dez anos após a implementação do Plano Diretor da Cidade, foi aprovada e instituída pela lei complementar nº 003, de outubro de 2006 a revisão do Plano Diretor, o PDCG 2006, nele

é apresentado novo zoneamento para a Zona Urbana do município de Campina Grande, mantendo a divisão da cidade em quatro zonas: Zona de Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana e Zona de Expansão Urbana. Analisando os zoneamentos urbanos propostos, podemos afirmar que há concordâncias entre cada uma das

quatro zonas [...] isso significa que mudaram-se os nomes das zonas mas os objetivos continuaram os mesmo. A maior mudança constatada foi em relação à delimitação territorial de cada zona. (BONATES, 2010)

Em suma, o que acontece com os Planos Diretores de Campina Grande (1996 e 2006) é apenas uma mudança de nome para transmitir uma sensação de novo e moderno, mas na verdade pouca coisa muda, “é apenas uma colagem de uma prática recente” segundo Bonates (2010). A cidade de Campina Grande possui oficialmente 49 bairros, distribuídos em quatro zonas: Zona Sul, Norte, Leste e Oeste. A verticalização entre os bairros campinenses intensifica-se principalmente, entre as zonas oeste e sul. O Bairro de Bodocongó se destaca pela grande demanda de universitários, já que, é nesse bairro que estão duas das principais universidades públicas do estado, a UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), fazendo com que a procura por apartamentos nas redondezas se intensifique ao longo dos anos, com destaque para o aglomerado de edifícios do Residencial Dona Lindu.

No Centro, a influência para a verticalização vem dos seus atributos de valorização comercial, tais como: infraestrutura em geral, serviços urbanos, equipamentos públicos, ampla acessibilidade e atividades comerciais, além de ser a localização de um dos principais cartões postais da cidade, o Açude Velho. A valorização dessa área é destacada pela presença alguns condomínios, um exemplo disso é o condomínio vertical Solar das Acácias Residence com seus 34 andares e 115 metros de altura. Um dos bairros que mais se destaca nesse processo de verticalização é o bairro Catolé, por ter uma boa localização e proximidade com o centro, escolas (Motiva), o atual Shopping Partage, o Terminal Rodoviário, Parque da Criança, SESC e outros pontos que ajudam e facilitam esse processo verticalizador no bairro e na cidade, fazendo do Catolé, atualmente, um bairro nobre campinense. Ainda destacam-se bairros como: Alto Branco, Mirante, Bela Vista e Jardim Tavares. O Bairro do Catolé desponta no número de construções na cidade, principalmente nos condomínios verticais, como mostra o quadro a seguir:

Condomínios Verticais de Campina Grande/PB

Bairro	Catolé	Centro	Prata	Bodocongó	Mirante	A.Branco
Quantidade	36	22	9	2	7	7

Adaptado: Barbosa, Aduino Gomes. 2009

Essa tabela indica os pontos mais procurados pelas construtoras para a construção de prédios, o bairro que se destaca nesse sentido já há algum tempo é o Catolé, como já havíamos destacado acima, seja para fins comerciais, visto que se trata de um bairro propício para os negócios comerciais, seja para moradia. Os demais bairros estão em pleno crescimento, no caso do centro a estagnação se deu por conta do espaço que ficou muito limitado, não tendo mais como construir, sendo agora necessário demolir prédios antigos para que novos e modernos possam ser erguidos em seu lugar.

O crescimento vertical também está relacionado com o crescimento populacional, isso porque a demanda necessita de espaço para moradia, gerando um crescimento no setor imobiliário da cidade. É também no setor imobiliário que nota-se um processo crescente, se comparando o presente com o passado. É a partir desse crescimento imobiliário e de seus atores, que vamos estudar como é o processo de verticalização por trás das propagandas da grande imobiliárias.

Observamos antes de tudo a necessidade de alternativas para o elevado nível das temperaturas, causado pela enorme quantidade de concreto armado, o descontrole devido ao reduzido espaço verde que causa tantas catástrofes naturais. O avanço sistemático, dos edifícios, segundo Mariana Fialho Bonates 2010, na sua maioria, acontece sem a preocupação em dividir esses espaços com áreas verdes e isso vem causando um desconforto climático terrível, a paisagem da cidade denuncia isso, as temperaturas elevadas, em níveis ainda não vistos, são algumas consequências dessa subtração das árvores. Em detrimento do verde o concreto assume a imagem da modernidade e pujança que intimida quem acredita que isso um dia poderá retroceder. Não se espera que a modernidade desacelere, espera-se que a consciência brote onde por enquanto só existe a preocupação do lucro, expandindo as ofertas por moradia, lazer e entretenimento.

CAPÍTULO 1: As causas do avanço do processo de verticalização em Campina Grande

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas” (KARL MARX).

Esse capítulo tem por objetivo analisar as causas que foram mais relevantes no processo de verticalização em Campina Grande, nesse primeiro momento nosso intuito é mostrar que a cidade supracitada teve um avanço vertical muito grande em um espaço curto de tempo, porém esse tempo demorou pra chegar, ele só veio a acontecer a partir de 1996, daí por diante tivemos um avanço muito rápido nas construções de cunho vertical na referida cidade. Desde a década de 1930, como mostra Marcus Vinicius Dantas de Queiroz na sua dissertação de mestrado, Campina Grande começou seu processo de modernização, ali já dava sinais de um propenso avanço nas suas linhas de progresso, seguia uma tendência nacional de mudança paisagística e estrutural.



Rua Maciel Pinheiro, Centro de Campina Grande, foto de 1932 Fonte: Arquivo particular de Lêda Santos.



Rua Floriano Peixoto, Centro de Campina Grande, foto de 1929 Fonte: Arquivo particular de Lêda Santos.

As imagens acima corroboram para observarmos os traços de modernidade que adentravam à época, era uma visão mais urbanística que se foi elevando ao status quo de cidade em plena evolução estrutural e que buscava atender ao apelo de âmbito nacional por higienização. Eram outras as preocupações, o que se via era um fator político envolvido no contexto para que a cidade estivesse inserida no avanço nacional por desenvolvimento e progresso. Costa nos dá uma noção do que foram os anos trinta para a modernização urbanística no Brasil, na Paraíba e em especial em Campina Grande:

Foi no início do Século XX que essa cidade dinamizou sua economia, com a chegada do trem em 1907, que passou a transportar um produto em ascensão na época, o algodão. Esse mercado deu uma nova dinâmica a Campina Grande e fê-la surgir como importante cidade no cenário regional. Passando pelas reformas urbanísticas da década de 1930, Campina Grande recebeu incrementos urbanos, como a chegada da energia a diesel em 1920, até sua posterior substituição pela energia elétrica vinda da Companhia Hidroelétrica do São Francisco em 1956. A localização da linha férrea, nas proximidades da cidade, levou em consideração diretamente o sítio geográfico, fator preponderante para indicar a localização das pequenas indústrias que vão surgindo nesse início do século, como se pode observar no mapa 2. A linha férrea se manteve entre os interflúvios da cidade, e sua estação, que era ponta de trilho, localizou-se nas proximidades do açude velho, no bairro hoje denominado Estação Velha, área que a malha urbana não alcançara na época (COSTA, 2013)

Nas décadas seguintes, 1940 até 1960, as edificações não avançaram muito, entretanto os primeiros prédios já apareciam na cidade, as ruas estavam modificadas com relação às décadas anteriores. Campina Grande crescia e mostrava que seguia uma tendência nacional, porém ainda um tanto lento esse crescimento, por critério, os principais motivos da demanda de edifícios ainda não estavam mais avançada nesse período dar-se pelo fato que uma das causas do avanço vertical é o aumento da população e nesse período a migração do interior para a cidade ainda era tímida. Nas fotos abaixo uma Campina já se preparando para chamada de Grande em todos os sentidos.



Fonte: Arquivo do Site Retalhos Históricos de Campina. Foto aérea de Campina Grande 1959



Rua Maciel Pinheiro, Centro de Campina Grande, foto de 1965 Fonte: Arquivo particular de Lêda Santos



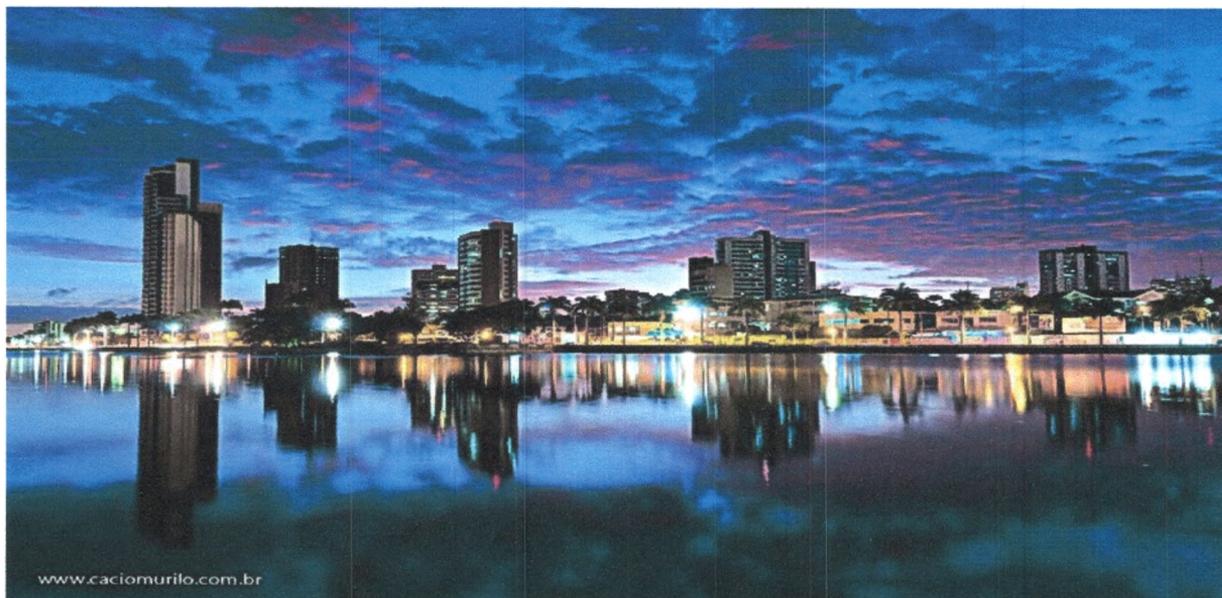
Rua Floriano Peixoto, Centro de Campina Grande, foto de 195. Fonte: Arquivo particular de Lêda Santos

No Brasil, desde a década de 1970, o processo de verticalização já é bem forte, como a verticalização e a urbanização desenfreadas e não planejadas têm sido um fenômeno constante nas últimas décadas, nossa escrita buscou, inicialmente, as especificidades do nosso objeto, para em seguida relacioná-lo com as suas condições de possibilidade histórica, sociais e espaciais do Brasil. De 1981 a 2011, segundo o IBGE, o número de pessoas morando em condomínios verticais no Brasil cresceu quase 9%, e quando falamos em Brasil não estamos observando apenas as grandes metrópoles, estamos também colocando nesse mesmo patamar de crescimento, guardadas as devidas proporções, cidades de interior, e nesse

contexto se encontra Campina Grande, muito embora sejam capitais as que mais crescem.

Vinte anos após o início do processo de verticalização no Brasil, começa então esse processo de forma expansiva e em ritmo acelerado em Campina Grande, até então só havia basicamente três prédios na cidade. Os primeiros edifícios verticais que transformaram a paisagem urbana da cidade de Campina Grande foram construídos aproximadamente no final da década de 1950 e no início da década de 1960. São eles: Edifício Rique, Edifício Palomo e o Edifício Lucas. O avanço na construção civil em Campina Grande no que tange à construção de edifícios vem crescendo de forma notória e, muitas vezes, como na maioria das grandes cidades, sem um bom planejamento. Tal crescimento se apresenta ora estratégico, ora meramente financeiro, não apresenta meios eficazes de manter um mínimo de equilíbrio entre o meio ambiente e a modernização da paisagem. Campina demorou muito para se modernizar nesse sentido, porém em um curto espaço de tempo houve um avanço muito grande na construção civil. Abaixo, foto dos arredores do açude velho em fins da década de 1970, uma amostra de como a cidade tinha tendência para a construção vertical, isso iria se intensificar rapidamente nas décadas seguintes.





Açude Velho em Campina Grande, foto atual. – Fonte: Acervo de Cacio Murilo

O setor imobiliário de Campina Grande, no Agreste da Paraíba, é apontado como um dos mais dinâmicos do Estado. Nesse cenário, as novas construções se misturam e disputam espaço com os prédios históricos que compõem a paisagem da cidade. A cidade conta com aproximadamente 98 empresas do ramo de construção civil e engenharia, segundo o banco de dados do Cadastro Industrial da Paraíba, disponibilizado através da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep). O presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba (CRECI-PB), Jarbas Araújo, também aponta a construção de prédios para fins comerciais como tendência forte para o segundo semestre de 2013 e todo o ano de 2014. “A construção desses prédios comerciais é uma tendência, a própria pesquisa de mercado enxergou que essa era uma demanda que estava adormecida, especialmente em relação às salas comerciais e galpões”, declarou. Abaixo foto de uma exposição imobiliária em Campina Grande, eventos como esse são corriqueiros na cidade.



Evento imobiliária em Campina Grande, 2013 fonte: Acervo de Marcus Nogueira Foto: Divulgação

Campina grande é uma cidade com grande potencial econômico, uma das maiores do interior do Brasil e seu processo de crescimento vertical ocorreria, como já dito, por vários motivos e o populacional é um deles. O texto da dissertação de mestrado de Yuri Silva Lima, “A política habitacional em Campina Grande PB de 1988 a 2009” traz um apanhado de informações sobre esse assunto, a escrita na perspectiva de buscar um aprofundamento nos motivos de como e porque Campina Grande cresceu de forma tão desproporcional. Evidencia números e estudos sobre o êxodo rural, o comércio campinense e a posição geográfica em que a Rainha da Borborema, como é conhecida, se situava. O propósito do texto nos ajuda a mensurar a dinâmica da cidade e seu crescimento habitacional no contexto nacional, políticas públicas de habitação e os desníveis sociais abordando seus grandes problemas. Como mostra nesse trecho da dissertação:

Sabe-se que o viver, inevitavelmente requer o habitar (o morar, o residir), o que, no caso abordado, corresponde ao processo de produção da cidade através da moradia. Mas esse processo, em um país tão desigual como o Brasil, ocorre de maneira excludente e contraditória. A rápida industrialização e a conseqüente urbanização causaram a chamada “crise urbana”, que se materializa no espaço através da constituição de um tecido urbano diverso nas escalas local, regional, intra-urbana e em relação à rede urbana (SILVA, 2010).

O objetivo desse capítulo é analisar o processo de estruturação da cidade de Campina Grande, a partir das ações e intencionalidades do mercado imobiliário. Para tal estudo considera-se a atuação do Estado nas melhorias urbanas nos aspectos relacionados a infraestrutura (água e esgoto encanados e coleta de lixo), com o adensamento populacional, os níveis de renda e de alfabetização dos chefes de família como sendo aspectos importantes na valorização imobiliária e que atraem outros empreendimentos modernizadores como supermercados, Shopping Centers, condomínios fechados horizontais e verticais.

As localizações desses grandes empreendimentos na cidade influenciam a ação do mercado imobiliário - ora se aproveitando de um processo de valorização anterior, ora fazendo parte desse processo. Portanto, partimos do princípio de que essas novas formas de morar e de consumir na cidade agregam um valor diferencial a determinada localização. Esses elementos nos ajudam a entender a ação do mercado imobiliário e o processo de valorização da cidade.



Novos edifícios ocupam cada vez mais espaço em Campina Grande, acompanhando dinâmica da economia Fonte: arquivo pessoal de Ligia Coali.

Campina Grande tem o seu crescimento, em termos de progresso, mais acelerado em dois períodos: primeiro, com chegada do trilho de trem e posteriormente com a construção da rodovia que corta o Estado no sentido Leste-Oeste (atual BR 230), no início e meados do século XX, respectivamente. Na

década de 1940, a cidade tomava feição de urbanas moderna com a construção de edifícios e com reformas urbanas, marcos do progresso de uma cidade dinâmica e progressista onde o crescimento urbano obedece a gabaritos elaborados por técnicos, no qual foram estabelecidas as “áreas funcionais” ou zoneamento (Costa Filho, 1960: 242)”. Leonardo Barbosa define o espaço e seu uso em Campina Grande da seguinte forma:

Para compreender o espaço urbano, é necessário entender a estrutura da cidade como espaço fragmentado e articulado, decorrente do modo de produção capitalista. Em Campina Grande, como também em outras cidades, apesar de haver uma produção cada vez mais fragmentada do espaço urbano, com usos e funções distintas, existe um espaço mais articulado, devido às relações sociais e às atividades cotidianas, como o deslocamento entre a residência e o local de trabalho e para o lazer. São os motivos e as formas com que esses movimentos se manifestam que revelam a complexidade e as contradições presentes no espaço urbano. O surgimento de novas formas de morar e de consumir amplia as contradições existentes no espaço urbano. Dentre as “novas formas de se consumir”, a cidade dispõe de shopping centers e das grandes redes de supermercados, que (re)orientam ou intensificam as contradições socioeconômicas e modificam o valor de uso e de troca de certas localizações. Quanto às “novas formas de morar”, intensifica-se a construção de condomínios fechados verticais e de loteamentos fechados horizontais (BARBOSA, 2013).

Podemos entender até aqui que Campina Grande como qualquer cidade de porte médio necessita crescer, e como geralmente o espaço é o entrave, a verticalização é em geral a solução, esse aproveitamento do espaço, muito comentado pelos autores que estudam esse tema, relacionando com o habitat social e suas perspectivas de consumo e moradia, descrevem como maior paradigma da sociedade. O processo de verticalização em Campina Grande se inicia em áreas com menor disponibilidade de terrenos, principalmente no entorno da área central.

A verticalização se intensificada entre os anos de 2000 e 2010, verificamos uma clara valorização, que vai se estabelecendo do centro para a periferia, e uma concorrência pelos novos eixos de valorização, que vêm aumentando, gradativamente, o preço dos terrenos ofertados em bairros mais periféricos, embora de modo descontínuo. No entanto, em muitas áreas do Centro, destacam-se uma verticalização relevante e a substituição de antigas residências por novos edifícios, já que, na área central, praticamente não existem mais terrenos vagos. É natural acontecer a descentralização no tocante ao empreendimento da construção vertical

uma vez que o eixo central já está tomado, sobre isso destaca Roberto Lobato Correa (1979): “Historicamente esse processo é mais recente que o de centralização, e aparece como uma medida, espontânea ou planejada, visando a diminuir a excessiva centralização causadora de deseconomias de aglomeração” .

De acordo com a dissertação de mestrado de Leonardo Barbosa da Costa intitulado “Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário” , o espaço urbano pode ser abordado e analisado de várias formas e diferentes usos da terra podem ser definidos como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais; de serviço e de gestão; áreas industriais; áreas residenciais distintas, pois ele é fragmentado e articulado, um conjunto de símbolos e campo de lutas, então a sociedade aparece em suas dimensões, materializada nas formas espaciais. A estrutura de uma cidade pode ser analisada sob diversos aspectos e por meio de diversos temas ou temáticas, como a centralidade intra-urbanas, os sub-centros, os espaços públicos, o processo de industrialização, a localização das classes sociais e a dinâmica do mercado imobiliário.

Tais temas não são excludentes, pelo contrário, a análise de um complementa o outro tanto a organização das classes sociais quanto a atuação do mercado imobiliário não podem ser entendidas isoladamente, porquanto a ação do mercado exerce grande influência sobre a localização das camadas mais ricas e pobres dentro da cidade. Simultaneamente, a organização histórica das camadas sociais, na cidade, também influencia os locais onde o capital imobiliário decide investir. Sobre isso comentou Leonardo Barbosa da Costa:

Constatamos em Campina Grande uma clara aproximação na estrutura social e espacial da cidade com um modelo centro-periferia, onde a população de maior renda se concentra no Centro ou próximo a este, muito embora a realidade atual mostre outra tendência em função da construção dos loteamentos fechados e condomínios verticais na área Sudeste e Sul da cidade, que também se encontra em área periférica, mas em localização distinta de onde estão os conjuntos populares. Esta afirmativa é reforçada ao lermos os estudos que tratam da cidade de Campina Grande nos anos de 1940 e depois em 1980. Observa-se claramente um afastamento da população pobre que vivia em áreas mais próximas ao centro em direção às áreas periféricas. Assim, verifica-se que apesar dos investimentos em infraestrutura e da construção de conjuntos habitacionais, estas políticas não necessariamente resultam em melhorias nas condições de vida, desse modo, a população que não consegue pagar por estas melhorias acabam se afastando novamente para áreas mais periféricas da cidade (COSTA, 2013).

Aqui encontramos a compreensão para nossa primeira análise, o porquê do avanço vertical em Campina Grande, são vários interesses envolvidos e o econômico juntamente com o melhor aproveitamento do espaço e solo são os fatores mais fortes, o espaço e o social, o espaço e as demandas, o espaço e seu aproveitamento, sobre essa temática encontramos uma melhor clareza no texto de Milton Santos, ele explica assim:

Mais do que a formação socioeconômica é a formação sócio-espacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. A utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles. Formas e normas, pois, trabalham como um conjunto indissociável. E ainda que não se formulem outras normas escritas ou consuetudinárias de seu uso, o território nacional, ou local, é, em si mesmo, uma norma, função de sua estrutura e de seu funcionamento (SANTOS, 2006).

Podemos então concluir esse capítulo, entendendo que dentro de uma lógica um tanto abstrata, uma cidade do porte de Campina Grande não poderia permanecer crescendo apenas horizontalmente, o crescimento vertical era necessário, deixando um pouco de lado as preocupações com a questão ambiental, assunto importante que trataremos em seguida, sobre essa preocupação afirma Marcos Vinicius Dantas de Queiroz, em sua relevante pesquisa de dissertação de mestrado:

O problema é que esse ato de construir, demolir e construir novamente parece ser uma dinâmica sem fim. Vinculada aos interesses do mercado imobiliário ou a incessante corrida por novos símbolos de modernidade, essa postura rompe os nossos elos com o passado destrói o pensar e o saber faz de uma época, ignora os sentimentos e valores da memória em prol do anacrônico discurso do progresso sempre em busca de um Campina en(Grande)cida (QUIROZ, 2013).

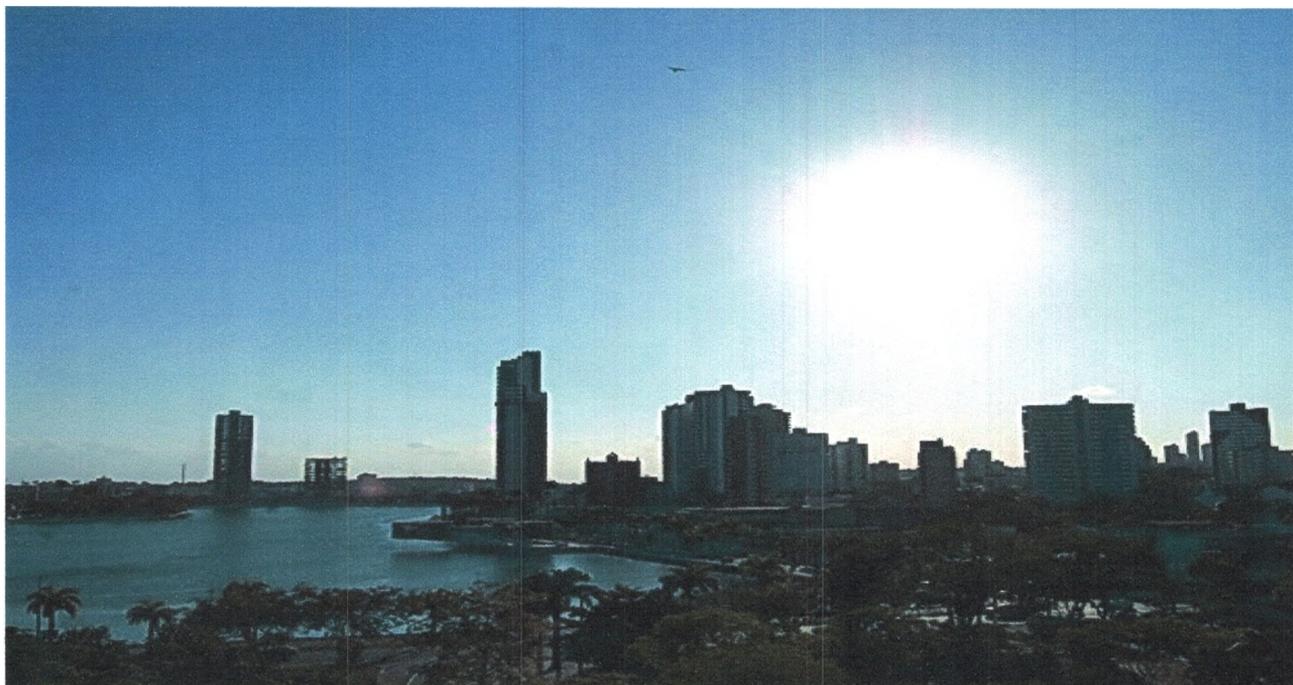
CAPÍTULO 2: Consequências observadas a partir do crescimento do processo de verticalização

“A forma de uma cidade muda mais rápido do que o coração de um mortal” (BAUDELAIRE)

Neste capítulo avaliar as consequências do avanço vertical em Campina Grande, buscaremos entender como a paisagem mudou com o aumento desses prédios, sobretudo, como o clima foi afetado e trouxe consequências. Segundo historiadores ambientalistas como Mariana Fialho Bonates (2006) Campina Grande ficou mais quente, em virtude do desvio ou barramento do vento. Nesse capítulo trataremos através de pesquisa documental e bibliográfica aspectos gerais da realidade econômica, social e ambiental do município, identificando motivações, demandas e expectativas da comunidade constituinte da pesquisa. Realidade essa que já havia se desenhado desde a década de 1930, de forma acanhada, porém vislumbrando um futuro que viria a ser promissor, como mostra Julio Cesar Melo de Oliveira:

Mariz vai nos fornecer boas informações para que haja maior entendimento sobre Campina Grande a partir da década d1930, pois dessa época em diante o município sofre uma grande alteração em sua paisagem urbana, onde a cidade passou a fazer parte do plano de urbanização das grandes cidades brasileiras. Nesse período já era presente nas grandes cidades do Brasil a preocupação com o planejamento urbano, manejo de água e esgotos, como também questões relativas ao desenvolvimento e embelezamento das cidades, especialmente nas localidades centrais.(OLIVEIRA,2007)

Quais os impactos do processo de verticalização de Campina Grande/PB nos últimos anos? O que pesou de positivo e negativo sobre a cidade? Aquecimento urbano, demolições e transformações de paisagem, desmatamento, deslocamentos populacionais? Quais as características da percepção sensível e mnemônica deste processo pela população envolvida e impactada? Tudo isso para moradores dos bairros em suas diferenças culturais, sociais e econômicas, trabalhadores de diversas extrações da construção civil, gestores públicos e legisladores municipais.



Sensação térmica pode ser de até 3°C a mais, em locais com asfalto e prédios (Foto: Ligia Coeli/Arquivo 9/12/2016 20h24 - Atualizado em 10/12/2016 10h25 Campina Grande vive primavera mais quente de sua história, diz Aesa Temperaturas estão chegando até 34°C durante a tarde. Segundo Aesa, média história é de até 30°C. Do G1 PB

Além de levantar documentos, fotografias e informações que possibilitassem delinear com mais precisão o problema, buscamos compreender os sujeitos da pesquisa, assim como identificar tendências e formular hipóteses para o resultado pretendido, conforme ressalta Aguiar em seu artigo História Ambiental Urbana e Mobilizações das ONGs de Classe Média Contra a Verticalização: O Caso de Campina Grande, PB (1996-2015):

No caso de Campina Grande, em cujos bairros o processo de verticalização é mais recente, caracterizando-se como um fenômeno verificável entre os anos de 1990 e a atualidade, essa mobilização assumiu aspectos também dignos de nota, que aqui escolhemos como objeto de estudo. O Nordeste continental e sua cultura são ainda pouco conhecidos no contexto das criativas sociabilidades urbanas que vêm sendo entretecidas pelas populações brasileiras no cenário político e econômico da Nova República (AGUIAR, 2016).

O investimento no modelo automobilístico de mobilidade faz com que cada um desses edifícios acumule dezenas de automóveis, congestionando o trânsito de ruas anteriormente tranquilas, sem qualquer planejamento prévio ou legislação protética por parte das câmaras legislativas e dos órgãos fiscalizadores do executivo

municipal. Aqui tratamos de uma das maiores consequências desse processo vertical em Campina Grande, o fluxo de veículos, principalmente em horário de pico, a cidade fica quase intransitável, costuma-se ver esse fenômeno em grandes metrópoles, não em cidades do interior, muito embora Campina Grande ostente o título de uma das maiores cidades do Brasil nessa categoria, sobre isso, a economista Marialice Lopes destaca que “o país todo cresceu (...) e Campina Grande seguiu essa tendência nacional. Entretanto, a cidade não preparou-se para a circulação de tantos veículos”.

O número de veículos que circulam na cidade de Campina Grande chegou a 147.768 em junho de 2014, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito da Paraíba (Detran-PB). Com isto, a cidade registrou um aumento de 133%, quando comparado ao ano de 2004, onde havia apenas 66.173 veículos na cidade, ou seja, se a cada dez anos esse percentual de aumento da frota de veículos permanecer, a cidade ficará intransitável. Este número de veículos traz como consequência uma piora no trânsito, além de estresse para os condutores. Compreendemos que esse aumento no número de veículos não se deve apenas ao processo de verticalização, entendemos apenas que esse fenômeno contribui de forma significativa para tal crescimento. O contexto atual sugere outras configurações do espaço. Eduardo Araújo Lucas, professor do curso de Arquitetura da Faculdade Facisa explica que “o que mais se observa atualmente em Campina Grande são as inúmeras construções verticais, os edifícios. Do ponto vista estrutural é necessário que a cidade possibilite tal desenvolvimento, pois a locomoção urbana torna-se mais complexa quanto mais densa for a população”.

Campina Grande tem leis que norteiam o processo de construção civil, muito embora não sejam observados em sua maioria, e não seria diferente no que tange a questão da arquitetura vertical, Mariana Fialho Bonates destaca essa situação da seguinte forma:

Plano Diretor, nos moldes em que conhecemos hoje, passou a ser elaborado em Campina Grande nos anos 1990, quando várias cidades brasileiras elaboraram Planos Diretores, cumprindo a determinação constitucional que definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. Dessa forma, em 1996 foi instituído, pela Lei nº 3.236, o Plano Diretor de Campina Grande (PDCG). Neste, o território municipal foi dividido em Zona Rural e Urbana, sendo esta última subdividida em quatro subzonas: Zonas Adensáveis, de Ocupação Indicada, Não Adensáveis e de Expansão Urbana. Segundo o Plano: "As delimitações Físico-Geográficas de cada zona serão definidas em anexo desta Lei, a ser incorporado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ao

Plano Diretor do Município de Campina Grande" (Campina Grande, 1996, p.5)(BONATES, 2010)

É valido aqui destacar que esse capítulo está discutindo consequências do processo verticalizador em Campina Grande, problemas como o fluxo de veículos, como já vimos, e também a degradação paisagística além, é claro, do clima alterado de forma abrupta com o elevado número de prédios, esses são alguns dos problemas identificados em nossa pesquisa. Campina Grande verticalizou-se como já vimos de forma a abarcar o mercado imobiliário, o que era apenas símbolo de modernidade passou rapidamente para um status meramente financeiro e aumento de oferta para a enorme demanda, priorizando bairros mais valorizados, com concentração de renda maior e do centro para a periferia:

Resumindo, o processo de verticalização em Campina Grande desenvolveu-se, num primeiro momento (décadas de 1950 e 1960), como símbolo de modernidade. Mais recentemente, com o PDCG de 1996, a verticalização se manifestou "coincidentemente" na Área Adensável e na Zona de Ocupação Indicada, ou seja, aquelas zonas, cujos coeficientes de aproveitamento eram os maiores segundo o Código de Obras de 2003. O termo coincidência é explicado pelo fato de que, segundo o zoneamento do PDCG de 1996, grande parcela territorial da cidade era considerada Área Adensável, não interferindo legalmente na escolha deste bairro em detrimento daquele, motivo pelo qual se percebe a pulverização de edifícios verticais em diferentes pontos da cidade. Os requisitos de valorização objetiva e subjetiva é que determinaram a verticalização, de fato - o que também pode ser constatado nas propagandas imobiliárias (BONATES, 2010)

Para fazermos uma análise mais apurada da sistemática evolução paisagística e modernizadora de Campina Grande, com o avanço da verticalização vale, sobretudo, analisar à luz da história ambiental e perspectivas diversas de historiadores que se mostraram preocupados com esse tema. Buscando uma lógica que nos possibilite entender como funciona esse processo que se alastra pelo mundo. Modernidade para uns e retrocesso para outros:

Para tanto observamos os campos de diálogo teórico mais frequentes para essa abordagem esses são os da história ambiental urbana e social do trabalho. Até o momento, os trabalhos de história ambiental no Brasil têm se dedicado pouco ao período posterior à década de 1980. Isso talvez decorra da sua proximidade temporal. Apesar de movimentos ecológicos emergirem na década de 1970 e início dos anos 1980 e de a história ambiental ter surgido no bojo da discussão suscitada por esses movimentos, ainda são poucos os historiadores do campo que se debruçam particularmente sobre décadas mais próximas e objetos mais recentes, como é o caso dos processos de verticalização urbana e das oposições que se lhe erigiram por parte de setores das populações envolvidas (AGUIAR, 2015)

Temos muitos pesquisadores que se debruçaram nas várias direções que esse tema sugere, foram muitos os que tentaram extrair das fontes mais apuradas da História Ambiental um norte que possibilitasse evoluir no debate e mostrar para as autoridades competentes, quão importante é valorizar essa temática e tomar medidas cabíveis para evitar degradações e conseqüências mais drásticas para as pessoas:

Não obstante, é fácil constatar que, hoje, as cidades ocupam uma posição central nos debates sobre qualidade de vida e meio ambiente. No Brasil, na esteira de Warren Dean, Victor Leonardi e José Augusto Drumond, alguns trabalhos pioneiros na área de história ambiental urbana a enfocarem em caráter retrospectivo eventos como, por exemplo, o corte sistemático de árvores e as reações dos habitantes urbanos, foram os artigos de Regina Horta Duarte, a partir da UFMG. Outro pioneiro foi Paulo Henrique Martinez, da UNESP de Assis. Não sem diversas ausências, poderíamos citar como historiadores que trataram, em seus escritos, direta ou indiretamente do tema, Lise Sendrez, Ely Bergo de Carvalho, Cristina Mehrrens, Cristina de Campos, Fábio Alexandre dos Santos, Adalmir Leonildo, Bianca Melzi De Domencis, Marco A. C. Sávio, Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, Carlos Alberto Menarin (AGUIAR,2015)

Em 2015, o historiador Janes Jorge, autor de um livro sobre a história do rio Tietê, organizou uma coletânea lançada em forma de livro sob o título de “Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana”, reunindo 14 ensaios de história ambiental urbana escritos, em grande parte, pelos pesquisadores citados acima, como resultado de uma leva de pesquisas realizadas sobre história ambiental das cidades do interior de São Paulo. Na sociedade moderna, mais do que em qualquer período da história, que o aumento da interferência humana sobre os ecossistemas tem provocado alterações significativas na dinâmica do equilíbrio ecológico. As ações antrópicas degradando os ambientes naturais têm sido objeto de amplas e sistemáticas reflexões, principalmente de uma parte considerável da comunidade científica internacional ligada aos estudos interdisciplinares.

A literatura científica ligada às questões das relações Sociedade e Natureza, que se intensificou quantitativa e qualitativamente especialmente depois dos anos de 1960, tem mostrado que ações humanas intensivas passaram a transformar, em escala crescente, uma Natureza então quase intacta em um Ambiente modificado, degradado, comprometido por atividades de exploração constantes e intensivas de recursos naturais. Diferentes culturas se relacionam com a natureza explorando ou não determinados recursos presentes em seu espaço, segundo sua concepção de mundo e esquemas de significação sócio históricos. Compreender a história do pensamento sobre a natureza, pela sociedade contemporânea, e a variedade de usos que dela

foram feitos, ao longo do tempo, é uma tarefa um tanto instigante, porém, não menos complexa. As ações humanas (trans)formaram o meio ambiente e se utilizaram de seus recursos; por trás dessas práticas e do tratamento que os seres humanos deram aos animais, estava a maneira como eles pensavam e imaginavam a natureza.

Portanto, por motivos variados, através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-o às suas necessidades e interesses, notadamente de caráter econômico. A ocupação e a exploração de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, se tornou possível em função dos aparatos científicos e tecnológicos desenvolvidos e colocados a serviço da humanidade. Disso resulta que os impactos negativos sobre Ambiente, antes localizados e de dimensões regionais, passaram a crescer ao longo do tempo alcançando os mais distantes rincões do planeta e comprometendo a estabilidade de ecossistemas que levaram milhares de anos para se constituírem.

Na sociedade moderna, mais do que em qualquer período da história, o aumento da interferência humana sobre os ecossistemas tem provocado alterações significativas na dinâmica do equilíbrio ecológico. As ações antrópicas degradando os ambientes naturais têm sido objeto de amplas e sistemáticas reflexões, principalmente de uma parte considerável da comunidade científica internacional ligada aos estudos interdisciplinares. A literatura científica ligada às questões das relações Sociedade e Natureza, que se intensificou quantitativa e qualitativamente especialmente depois dos anos de 1960, tem mostrado que ações humanas intensivas passaram a transformar, em escala crescente, uma Natureza então quase intacta em um Ambiente modificado, degradado, comprometido por atividades de exploração constantes e intensivas de recursos naturais.

A capacidade humana de intervir nos ambientes naturais foi se desenvolvendo de maneira gradativa e cumulativa até se alcançar a intensa capacidade de inferir transformações significativas como as verificadas nas últimas décadas, comprometendo a estabilidade dos sistemas ambientais, devido, principalmente, ao progresso econômico que tem sido potencializado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. As transformações dos climas urbanos de origem antrópica desenvolvem consequências como, por exemplo, doenças e extinção de faunas e floras outrora promissoras. Exemplo disso é o parque Osvaldo Cruz, mais conhecido em Campina Grande como Açude Novo, no ato da sua

construção, ou aterramento a do açude que ali havia, foram plantadas muitas arvores e a finalidade era justamente ter um local arborizado no centro da cidade, porem com o tempo as construções verticais em volta do açude e as constantes pavimentações e comércios tiraram boa parte do que havia de verde no local, podemos fazer um comparativo nas fotos a baixo:



Parque Evaldo Cruz (Açude Novo) nos dias atuais. Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande <http://portal.pmcg.pb.gov.br>.



Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), 1985. Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande <http://portal.pmcg.pb.gov.br>.

Por fim, Campina Grande cresceu e continua crescendo a custos que ainda sentiremos de forma mais contundente, sobretudo por que as periferias ainda estão sentindo uma segregação que tende a aumentar. Porém o progresso não pode parar, mesmo que pra isso os menos favorecidos sejam empurrados para a margem da cidade, cada dia mais distante, e esse contexto entre espaço e sociabilização, encontramos uma ótima definição da correlação entre o espaço e o condicionamento social no texto “O Espaço Urbano”, de Roberto Lobato Correa:

Em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORREA, 2010).

Imóveis antigos, representantes de diferentes horizontes estilísticos e arquitetônicos são demolidos, em muitos casos abandonados, para dar lugar a uma ocupação verticalizada e concentradora de população, produzindo um incremento da densidade demográfica. O prédio que abrigou um dos cassinos mais famosos do país se encontra em ruínas.

O Eldorado fica localizado no coração da Feira Central de Campina Grande e a fachada, que remete a década de 1930, resguarda aspectos da Art Decó, hoje o local apresenta visíveis marcas do abandono daquele que foi o marco da boêmia na região.

Assim, a estrutura serve de abrigo improvisado para moradores de rua. “Um dos mais importantes prédios da cidade já foi motivo de tombamento, o Casino Eldorado. Não por sua arquitetura, mas pelo que representa hoje, o fausto da elite do algodão, da pecuária e do comércio na cidade”, informa o professor PhD em História, Josemir Camilo de Melo, que atua na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



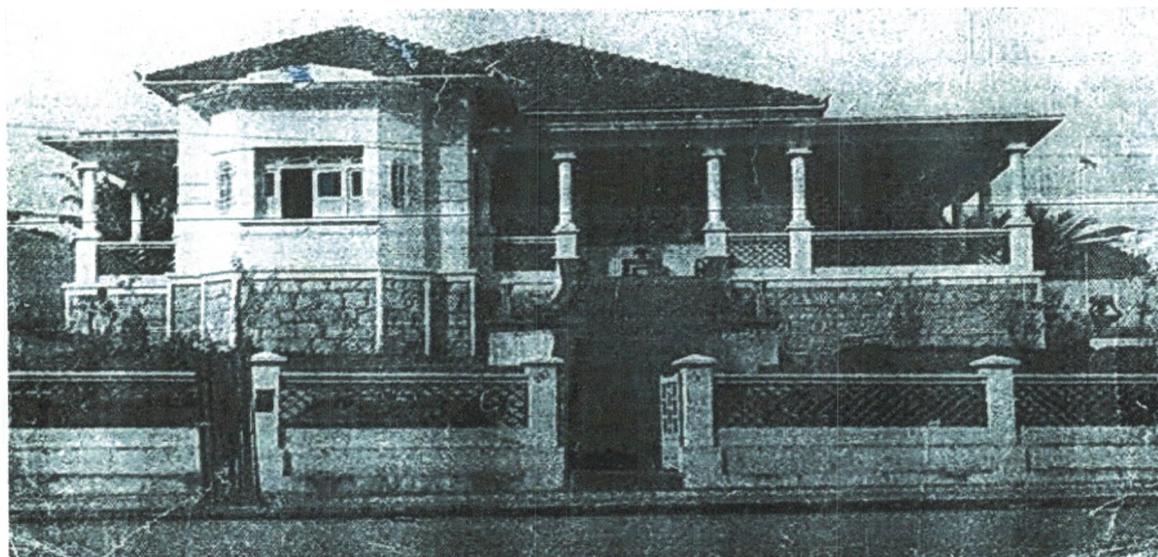
Edifício do Eldorado está abandonado no Centro de Campina Grande. Fonte: Arquivo particular de: Ligia Coeli

Nossas pesquisas encontraram, surpreendentemente, muitos sites e professores imbuídos nessa temática, nessa busca por apoio e relevante investida das autoridades para que ao menos a legislação seja cumprida, que as pessoas tomem ciência de que o aumento desses edifícios não está trazendo apenas um aspecto inovador e moderno, está também destruindo as raízes históricas da cidade, suas referências e qualidades de vida além, é claro, de toda a degradação ambiental que está acontecendo. O professor e PHD em História Josemir Camilo, em entrevista para o site GrandeCampina, disserta sobre a atual situação de Campina Grande em um perspectiva histórica e ambiental:

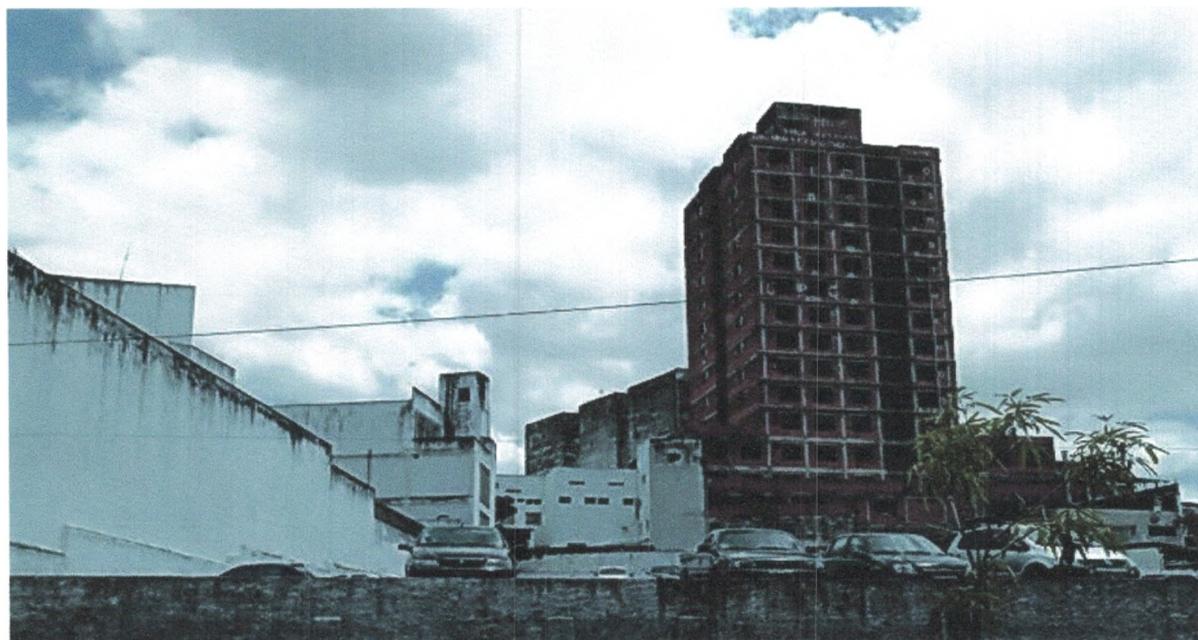
(...) o abandono aos prédios históricos da cidade é um problema que acarreta a perda de identidade municipal. "O que restará para dizermos aos nossos filhos? Ficamos cobrando uma identidade municipal nas escolas de ensino fundamental, mas nós mesmos destruímos símbolos, emblemas, não preservamos o patrimônio intangível [a cultura] nem o tangível [a arquitetura]", lamenta, há um considerável descaso, desde a população, como também a classe empresarial". Mudanças na economia influenciam a construção (...) arquitetura é capaz de exemplificar o tipo de desenvolvimento que ocorreu na cidade. "Como a fase da cultura do algodão [início do século XIX], por exemplo, se edificaram prédios em estilo art nouveau, eclético e art déco". Na rua Irineu Joffily, alguns prédios ainda exemplificam esses estilos, embora já reformados.", lembra.

O pesquisador lamenta que o patrimônio histórico representado pelos prédios e casarões esteja sendo destruído. "Ainda há uma dificuldade muito grande em fiscalizar as construções e demolições porque os investimentos públicos destinados aos órgãos de controle ainda são muito baixos, o que acarreta em escassez de mão de obra e infraestrutura adequada a um trabalho eficiente, por mais competentes e engajados que

sejam os profissionais envolvidos”, fala. Isso podemos observar em uma breve viagem no tempo, é fácil encontrar em Campina Grande casarões antigo que foram demolidos para dar lugar a prédios novos, um exemplo disso é o antigo casarão que ficava na rua Epitácio Pessoa e que foi demolido para dar lugar a novos empreendimentos arquitetônicos. Fotos abaixo mostrando o antes e depois no local onde ficava o prédio.



www.cgretalhos.blogspot.com



CAPÍTULO 3: Expectativa dos trabalhadores da construção civil de Campina Grande inseridos no processo modernizador e havido por progresso representado pela a verticalização

Todos vós, que amais o trabalho desenfreado (...), o vosso labor é maldição e desejo de esquecerdes quem sois. (Friedrich Nietzsche)

Problematizaremos nesse terceiro capítulo a questão dos operários envolvidos nesse processo de verticalização em larga escala, das famílias dos trabalhadores acidentados e/ou mortos, como seguiram suas vidas e em que condições vivem. O objetivo deste capítulo não é ter como norte um processo de história oral, mas esmiuçar, através de produções teóricas e documentais, percentuais de acidentados e situações vividas pelas famílias envolvidas na construção civil em Campina Grande, dentro desse contexto, e compreender como os operários de Campina Grande através de suas ações transgressivas e de seus conflitos na justiça construíram uma consciência operária.

A indústria da construção civil é uma das mais dinâmicas na Rainha da Borborema, que abriga aproximadamente 100 empresas do ramo atuando na cidade, segundo dados do Cadastro Industrial da Paraíba, através da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP). O setor gera formalmente mais de oito mil empregos diretos em Campina Grande, segundo o Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado da Paraíba, que apontou os imóveis com fins comerciais como uma das tendências de mercado para os próximos anos, em Campina Grande.

Qual o perfil dos trabalhadores da construção civil de Campina Grande e a configuração de seu mundo de trabalho? Quais as especificidades do processo de verticalização urbana em Campina Grande? Quais conflitos jurídicos se estabeleceram entre o Código de Posturas da cidade, seu Plano Diretor e seu descumprimento prático ao longo dessas décadas? Quais as características do conflito estabelecido entre a Prefeitura e a Infraero em razão da insegurança representada pela construção arranha-céus no âmbito de deslocamento do Aeroporto da cidade? Como as ONGs ambientalistas tem militado contra este processo?

Nesse sentido, a partir de processos criminais, artigos de jornais e processos trabalhistas analisando elementos de sua cultura, assim como suas definições de direito e justiça, procurando identificar possíveis noções de conflitos de classes em suas ações. Assim, partimos do pressuposto que os operários a partir da constatação de sua condição explorada na cidade o que poderia ser evidenciada em suas condições de trabalho e moradia tem se comportado frente a essa situação. Nesse sentido, buscamos nesse capítulo identificar os espaços e interesses dessa classe, questionamentos acerca de benefícios como aparato jurídico, equipamento de segurança, condições de trabalho e remuneração. Esses benefícios são oferecidos de forma digna a esses trabalhadores? Afinal esses benefícios devem ser condizentes com a realidade desse investimento tão alto e de grande demanda da população de classe média da cidade.

Conforme o desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, que representou o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a cada dia de 2011, em média, 50 trabalhadores saíram do mercado por morte ou invalidez permanente, vítimas de acidentes de trabalho em todos os setores produtivos. Naquele ano, foram cerca de 18 mil acidentes registrados, que resultaram em morte ou invalidez permanente. E outros 300 mil acidentes de trabalho também em 2011, causaram invalidez temporária de trabalhadores, número que pode ser muito superior, tendo em vista que não há registro para o mercado informal.

Entre as causas de tantos acidentes, Sebastião Geraldo de Oliveira apontou a falta da cultura da prevenção e um ritmo de trabalho cada vez “mais denso, tenso e intenso”, Imagina-se que o acidente faz parte da produção, que é obra do acaso, não, o acidente é principalmente obra do descaso, da falta da cultura de prevenção – disse, observando ainda o aumento da tensão no ambiente do trabalho. Nos canteiros de obra, essa pressão sobre o trabalhador se verifica pela redução do tempo para construção de um metro quadrado, que em 1995 era de 42 horas e hoje foi reduzido para 36 horas, conforme informações do auditor fiscal Francisco Luiz Lima, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Sobre essa questão, destacou Yure Silva Lima:

Destacando os seguintes recursos para nos ajudar a analisar esse processo - o mapa da inclusão/exclusão socioambiental, e as guias dos ITBI (imposto sobre bens imóveis) para os A política habitacional em Campina Grande na Paraíba é o objeto de análise para a discussão da problemática da produção

do espaço urbano. Este texto apresenta os elementos constitutivos da política habitacional brasileira de 1945 até 2010, destacando as políticas voltadas para a habitação de interesse social (0 a 3 salários mínimos) e a produção de habitações precárias ou subnormais como considera o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A construção civil, verificado nos últimos anos em todo o país, tem sido acompanhado pelo aumento do número de acidentes de trabalho e de mortes de operários, principalmente por soterramento, queda ou choque elétrico. O setor foi o foco da preocupação de auditores do trabalho, gestores públicos e especialistas da Justiça do Trabalho, presentes nesta segunda-feira (11) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), anos de 1995, 2000, 2005 e 2010 (LIMA, 2010).

Em modos gerais, desde a década de 1930, já tínhamos registro de acidente em construção civil em Campina Grande, quando a cidade já buscava se modernizar e pequenos prédios se erguiam na cidade, desde então já se observa que a cidade precisaria se adequar as normas de segurança, obviamente de lá até aqui muita coisa mudou e muito se progrediu com relação as técnicas de segurança e isso ajudou muito no combate aos acidentes. Na década de 1930 vivia-se outra realidade, porem, vale à pena registrar o episódio mencionado por Alisom Luna Matias em sua tese de mestrado, ele aqui nos brinda com uma informação valiosíssima, já havia acontecido acidentes em outras áreas, porem na construção civil esse foi o primeiro registrado:

Outro desastre ocorreu à época de grandes transformações urbanas em Campina Grande, a saber, durante a reforma urbana de Campina Grande e construção do Grande Hotel em 1937. É a história de dois operários anônimos que certamente não tiveram suas histórias sequer mencionadas nos anais gloriosos do Grande Hotel da cidade. O fato correu um dia antes de sua veiculação na mídia, que noticiou o lamentável desastre, ou seja, no dia 15 de outubro de 1937; o fato ocorreu antes do fim do primeiro período de trabalho, quando dois operários foram “vítimas de lamentável acidente que impressionou profundamente aos que o assistiram”. Os dois operários da construção civil estavam “trepados em andaimes na altura do 2º andar daquele prédio” quando o cabo que amarrava as tábuas em que se apoiavam para trabalhar partiu-se, para espanto daqueles que presenciaram a cena, pois viram os operários “caindo ambos ao solo tragicamente”. Depois da queda de ambos, eles foram socorridos pelos seus companheiros e recolhidos ao Hospital em estado de choque causado pela queda; um deles, “aliás, gravemente machucado”. Sabendo do corrido, o prefeito Vergniaud Wanderley que encabeçava a reforma urbana em Campina que tinha o Grande Hotel como um de seus símbolos segundo os jornais “tomou providencias para cercá-los de todo conforto” (MATIAS, 2013).

Estamos falando de progresso, de pessoas havidas por lucro, e quando isso entra em cena temos sempre a impressão de que alguma injustiça será feita, a

sociedade tende a ser egoísta e quando alguém toma posse de um lindo e enorme apartamento em um edifício moderno e cheio de aparatos, não está preocupado em como foi construído. Claro que esses dados sobre primeiro acidente da construção civil registrado, é relevante, mas de lá para cá aconteceram inúmeros outros acidentes e ao contrário do que foi feito pela empresa naquela ocasião, dando assistência imediata, nem sempre isso acontece ou aconteceu nos demais casos de acidente. Os operários estão então em meio a uma trincheira. Sobrevivência ou lutas por seus direitos?

E. P. Thompson diria os dois. Em seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa ele aborda essa identidade de classe, de acordo com o autor, foi penosamente construída a partir de suas bases fundamentais da tradição da sociedade inglesa. Assumindo um conceito de consciência de classe que, por definição, implica a referência à solidariedade horizontal entre os membros da classe. Ao deixar de considerar essa questão, neste momento, sim, as relações de exploração capital-trabalho adquiriam nitidez suficiente para servir como divisor de classes. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Segundo ele o trabalhador tornou-se um instrumento ou uma cifra, entre outras, no custo. Thompson nos mostra, em seu ponto de vista, idéias acerca da formação de uma mentalidade de divisão de classes da seguinte forma:

O homem, por sua constituição física sua capacidade mental, é um ser destinado á vida em sociedade.(...) Nós, desta sociedade, consideramos seriamente que o homem é um ser social... dependendo permanentemente de assistência mutua e amparo; e tendo incorporado aos nossos estatutos estas inclinações humanitárias que sempre sentimos diante da aflição de qualquer um de nossos companheiros...(THOMPSON, 1968)

Essa noção de companheirismo foi crescente em meio as lutas e consciência de classe, obviamente estamos falando apenas da mentalidade de classe, não comparando com a situação dos operários ingleses do século XIX na Inglaterra, mas buscando explicação para uma relevante situação de inércia que se instaurou no meio dos operários da construção civil em Campina Grande, ou seja, não vemos registros de motins, greves ou mesmo protestos por aumento de salário ou situações dignas de trabalho, seria necessário mais unificação, mais unidade, mais consciência política, uma relevante unidade de classe para que seja transformado em retorno positivo para os trabalhadores da construção civil em todo esse processo de verticalização instaurado em Campina Grande nos últimos trinta anos.

Precisa partir dos próprios operários da construção civil essa consciência social, pois “O ideal da fraternidade humana só se pode realizar se a divisão do trabalho progredir ao mesmo tempo. Ela está ligada, pois, a toda a nossa vida moral... Característica dessa moral: mais humana, menos transcendente (DURKHEIM, 1930).

Acreditamos que as lutas que outrora existiram em Campina grande, em virtude do seu desenvolvimento para o aparato do progresso ser erguido não poderiam cair no esquecimento, aqui me refiro ao trabalho de pesquisa feito por Allison Luna Matias, sob a orientação do professor Luciano Mendonça de Lima em sua tese de mestrado quando tratando dos acontecimentos jurídicos e processuais das questões do trabalho em Campina Grande entre 1930 e 1965. Em dado momento da sua escrita o autor faz uma dura crítica ao que ainda hoje observamos nas produções historiográficas a respeito dessa questão trabalhista, a falta de ênfase as problemáticas trabalhistas:

Assim, acreditamos que boa parte da produção historiográfica campinense tenha dado uma maior atenção ao progresso sem a devida preocupação com a crítica a ele, pois, por muito se privilegiaram os números em detrimento das alterações na vida dos trabalhadores. O resultado deste procedimento é que, aqueles que menos aparecem nas obras sobre o desenvolvimento de Campina Grande (os trabalhadores) são os mesmos que carregam o árduo “fardo do progresso” (MATIAS, 2013)

A questão que estamos tentando trazer a tona aqui é justamente a maneira com que se trata da questão trabalhista e seus atributos legais, evidentemente não iremos buscar aqui soluções para problemas que já foram amplamente discutidos, apenas evidenciar que em Campina Grande pouco se tratou da questão social e trabalhista dentro do contexto do crescimento vertical na cidade supracitada. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva em seu artigo “Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo de Historia”, deixa um apanhado de informações sobre o assunto, como ela mesma nomeou, exploração do trabalho:

Acidentes de trabalho são fenômenos socialmente produzidos e, como tal, podem ser esclarecedores das dinâmicas e das demandas políticas de uma sociedade, para as quais o Estado pode, ou não, responder por meio de políticas públicas. Historicamente, o confronto entre os liberais e o movimento operário explicitou a relevância da questão social, o que resultou

no encaminhamento de reformas que levaram ao reconhecimento dos direitos sociais voltados para limitar a exploração dos trabalhadores e protegê-los das conseqüências da incapacidade para o trabalho devido às doenças, à velhice e aos acidentes do trabalho. Na dinâmica da luta de classes, os Estados, diante dessas novas demandas, tiveram que agir e ceder aos reclames pela criação e ampliação de uma legislação social e trabalhista, bem como pela efetivação de políticas públicas de assistência à saúde do trabalhador (SILVA, 2015).

Tem-se muito que discutir a respeito das causas trabalhistas na construção civil em Campina Grande, mas o que está em questão é como está sendo direcionado, documentado e problematizado todo esse questionamento da saúde do trabalhador envolvido no processo de verticalização em Campina Grande, pouco se pesquisou sobre as vítimas dessa modernização, as famílias envolvidas, as perdas fatais e as parciais, tudo o que gira em torno do trabalhador das infindas obras de construção espalhadas pela cidade em termos de verticalização, o que as empresas tem feito a respeito da qualidade de vida no trabalho, como elas se manifestam sobre o uso de EPI's, como exigem o uso por parte dos funcionários e por fim como a comunidade sente os reflexos dessa situação.

São perguntas que estão emudecidas e precisam vir à tona. Os esforços para se criar uma Campina (muito) Grande deixou muitas vezes de lado as condições impostas para isso e se abarcou prioritariamente os deslumbres com os edifícios cada vez mais futuristas em detrimento do custo humano, afinal está-se oferecendo o sustento das famílias, o mais é problema do Estado. O crescimento acentuado da construção civil, verificado nos últimos anos em todo o país, tem sido acompanhado pelo aumento do número de acidentes de trabalho e de mortes de operários, principalmente por soterramento, queda ou choque elétrico. O setor foi o foco da preocupação de auditores do trabalho TRT-PB divulga empresas e pessoas físicas com mais dívidas trabalhistas.

O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT) fez em 2013 um levantamento de empresas e pessoas físicas com o maior número de processos na Justiça do Trabalho da Paraíba, segundo os dados, na lista, o maior devedor é da iniciativa privada, o segmento com o maior número de ações trabalhistas no estado é da construção civil, são 18 empresas, os dados foram retirados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, o BNDT foi criado no TST depois da adoção da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída por lei. Uma das funções do

banco é fazer com que empresas inadimplentes com trabalhadores, apesar de terem perdido na Justiça do Trabalho, possam participar de licitações, o BNDT passou a funcionar a partir de janeiro de 2012 e, a partir daí, as Varas e os Tribunais Regionais do Trabalho passaram a alimentar e registrar no Banco as empresas cadastradas como devedoras em processos trabalhistas.

Campina Grande já tem um selo de fiscalização que vigora na cidade desde 2013, no entanto esse selo de construção só abarca os prédios e o imóvel que é vistoriado, enfim, é feito todo um trabalho de fiscalização do patrimônio, no entanto no que diz respeito a segurança do trabalhador seus direitos nada é feito, não tem uma fiscalização rígida, eficaz e eficiente. Os trabalhadores precisam se dirigir aos tribunais por que não temos um controle mais eficiente para não seja necessário chegar aos processos, sabemos que não tem volta, não será umas determinações por sentença que irá resolver determinadas situações, muitas são irreversíveis.

O mascaramento do sofrimento, da morte e do adoecimento no trabalho, mesmo dos acidentes mais catastróficos e difíceis de ignorar, ainda é uma triste realidade que urge por uma compreensão mais aprofundada – e por que não dizer? – politizada. Afinal, como bem coloca Giovanni Alves, a saúde do trabalhador é um tema crucial, que expõe, de forma contundente, “a miséria humana sob as condições de exploração do capital”. Por isso mesmo, essa discussão crítica não pode ser relegada apenas aos médicos e aos demais especialistas de plantão, “proprietários do saber competente, atribuição ideológica que lhes confere o poder de ocultar as raízes sociais do adoecimento do homem que trabalha”. Voltemos a estas raízes. (SILVA, 2015)

Medidas estão sendo tomadas com vistas a enrijecer as condutas de prevenção de acidentes e acolhimentos das vítimas e familiares destas, porém devido à grandiosidade dessas obras muitas vezes é necessário muito mais do que isso, é necessário investir tempo e recurso no sentido de averiguar melhor os desmandes contra a dignidade dos operários. Faz-se necessário, sobretudo um trabalho de conscientização dos próprios operários para que acidentes possam ser evitados, temos uma cultura machista que impede, as vezes, que os trabalhadores se preocupem prioritariamente com sua saúde, e essa dificuldade no uso dos EPI's vai desde o incomodo para usar determinado EPI, até de certa forma simples, como protetor auricular e luvas até a ressalva masculina com alguns que dificulta a forma de uso, como por exemplo o cinto para uso em altura.

Não podemos negar que algumas medidas são tomadas pelos órgãos responsáveis por essa área, eventos acontecem também, para o debate acerca dessas questões. De acordo com o site Grandecampina:

O Comitê Permanente Regional de Campina Grande – CPR-CG, em parceria com o SESI realizaram no auditório da Fiep, em Campina Grande, um evento para discutir o Programa de Redução de Acidentes Elétricos (PRAE) e a repercussão das novas normas da Energisa para a indústria da construção de Campina Grande e região. O projeto teve início no dia 10 de dezembro de 2013 em Campina Grande no Sesi do Distrito Industrial com a presença dos empresários da construção civil filiados ao Sindicato das Indústrias de Construção Civil da Paraíba Sinduscon-PB e representante do Sinduscon-JP. Após o lançamento foram realizadas mais nove apresentações no período de 11 a 21 de dezembro atendendo mais de 2 mil trabalhadores.

A grande questão é que ainda tem-se muito caminho para trilhar no sentido de ter uma unidade de normas para que sejam cumpridas e respeitadas dentro das próprias empresas, porem em Campina Grande, como em boa parte do Brasil, a sociedade, as autoridades e próprios pesquisadores da área só tem conhecimento de fatos que trazem dissabores para a vida dos operários se estes mesmos reivindicarem seus direitos, uma vez que seus deveres são vastamente exigidos. Pontualizar se faz necessário, ainda que não resolva tudo, mas em um primeiro momento é importante. Primeiro temos que mensurar o que mais preocupa que é o acidente de trabalho, segundo Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva:

Acidentes de trabalho acontecem aos milhares todos os anos. Para termos uma idéia da dimensão desse problema, estatísticas do INSS apontam que ocorreram mais de 27 milhões de acidentes de trabalho no Brasil, entre 1970 e 1990, que deixaram quase um milhão de trabalhadores incapacitados permanentemente e levaram cerca de 87 mil trabalhadores à morte. Mas essa não é uma realidade de um passado relativamente distante. Só em 2011, foram registrados 711.164 acidentes de trabalho no Brasil¹, ainda que muitos casos não sejam registrados ou caracterizados como tal. Todavia, os índices de acidentes registrados estão longe de revelar a realidade da violência no trabalho (SILVA, 2015)

Obviamente esses são números gerais, mas como já vimos anteriormente, na construção civil essa realidade é assustadora e contribui sobremaneira para se alargar a media de acidentes. Outra questão são os benefícios concedidos aos trabalhadores, e nesse sentido estamos falando de valores salariais, planos de saúde, assistência das empresas as famílias e condições oferecidas pelas empresas

para que os funcionários tenham dignidade para trabalhar. Pensando no risco iminente de usurpação de direitos:

Ressalte-se, contudo, que a extração de mais-valia está longe de ser um dado mecânico: é a partir da negociação entre comprador e vendedor da força de trabalho e dos conflitos de correntes da intensidade e das condições de trabalho, do salário e do padrão de vida que origina a luta de classes, o motor da história para o marxismo. É desse conflito entre classes antagônicas, com interesses díspares, que se estruturam os aspectos técnicos e sociais da produção capitalista. Do ponto de vista marxista, a venda de força de trabalho aliena o trabalhador de sua capacidade criativa e de qualquer controle sobre o produto do seu trabalho. No capitalismo, a exploração toma a forma de extração de mais-valia, mas as bases e a forma como se dá essa exploração são frutos de constantes negociações e conflitos (SILVA, 2015).

Para além das considerações dessa temática, fica aqui ainda as percepções historiográficas e, sobretudo os relatos para que Campina Grande, mesmo não se configurando como a cidade onde mais se sofre acidentes de trabalho na área civil em âmbito nacional, e particularmente na construção vertical, e ainda que não seja a mais desrespeitosa no sentido de leis trabalhistas, esteja sempre sob o foco ocular das preocupações no sentido de não está parada no tempo, ouvindo truísmos audíveis aos ouvidos da população como musica, enquanto os trabalhadores e seus familiares estão entregues nas mãos de quem tem o controle do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esse trabalho podemos tecer algumas considerações, avaliando e dando respaldo para a sociedade das nossas preocupações acerca do tema pesquisado, afim de não manter “intramuros”. Não temos a pretensão de determinar soluções ou apresentar conclusões fechadas em um campo tão prolífero para se avaliar, como é a Historia Ambiental e Historia do Trabalho, temos aqui o anseio de resistir à modernidade no sentido de que entendemos que não existam verdades absolutas no contexto do progresso, mas que podemos estudar e avaliar melhor o expansionismo vertical que permeia a cidade de Campina Grande.

O objetivo do discurso histórico sobre qualquer assunto é sempre abrir as mentes para uma perspectiva critica sobre o que se pretende estudar, nossa pretensão é sim incita o olhar critico, o pensamento que procura convergir apenas quando realmente as proposições forem referenciar sobre uma historiografia seria acerca da realidade das pessoas. E nosso objetivo foi esse, tentar levar o leitor a avaliar quão devastador é um processo modernizador que não questiona o relacionamento ambiental, social e trabalhista.

Observamos que Campina Grande vem crescendo de forma rápida e desproporcional, em termos de construção civil, essa avaliação foi feita com base em estudos realizados por pesquisadores como Mariana Fialho Bonates, Josué Barreto, José Otavio Aguiar, Carlos Augusto Amorim Cardoso, Yure Silva Lima, Adalto Barbosa, Adriana Leal de Almeida Freire, Silvio da Costa Silva, Maria Francisca Thereza Cardoso, Luiz Gonzaga Melo, Leonardo Barbosa, Marcos Vinicius Dantas de Queiroz dentre outros. As pesquisas mostram que isso está relacionado com o crescimento populacional, boa infraestrutura, ótima localização geográfica, muitas instituições de ensino e um setor de comercio historicamente forte. A verticalização, como vimos, é o carro chefe desse crescimento, e é uma tendência mundial, tido como solução de moradia no em vários países, vimos também que esses condomínios verticais tem hoje muitos atrativos e isso tem impulsionado as famílias abastadas a investir mais nesse tipo de moradia.

Esse tema, direta ou indiretamente, remete as cidades, lócus de aglomerações humanas em relação cultural de significação e transformação do espaço-lugar-paisagem. As cidades e seu frenesi construtivo, seus processos de

verticalização e mudança climática, suas demolições, construções e transformações da paisagem, na percepção de seus moradores e trabalhadores esporádicos, enquanto sujeitos históricos sensíveis, não obstante invisíveis, constituem objetos atrativos de reflexão

O que podemos aprender com o que essa historiografia especializada já produziu, em termos de método e exploração temática, bem como de discussão teórica e reflexiva? Jose Otavio Aguiar aborda esse assunto em seu projeto de pesquisa sobre a Historia Ambiental Urbana, para ele o que move este movimento exploratório do passado e do presente do viver histórico em cidades é a preocupação com o futuro dessas aglomerações e de seus problemas como densidade demográfica, crescimento populacional, sanitarismo urbano, segurança hídrica etc. Como temas como estes, tradicionais objetos de uma chamada Geografia Humana, tem sido abordados pela historiografia brasileira?

Desse modo observamos que o setor imobiliário cresceu muito em Campina Grande nos últimos 20 ano, e conseqüentemente a indústria da construção civil, alargando assim postos de trabalho e demais atividades desse ramo se intensificaram. Procuramos, dentro dessa perspectiva, observar como essas empresas estão tratando seus funcionários em termos de condições de trabalho e assistência em casos de acidentes. A situação ambiental foi relatada com certa preocupação, posto que tenham muitos desmatamentos para que novos prédios sejam construídos e monumentos históricos desaparecendo da cidade para que mais edifícios ganhem espaço. Procuramos Identificar as significações dos espaços enquanto valorizações e desqualificações urbanas, localizando-as na geografia dos sentimentos de urbanidade dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Josué. **O medo verticalizado**: um olhar geográfico acerca do processo de verticalização no bairro do catolé em Campina Grande/PB. 2010

CARDOSO, Carlos. **A cidade cogumelo**: Campina Grande das feiras às festas. 2009

AGUIAR, José Otávio. **História ambiental urbana e mobilizações das ONGs de classe média contra a verticalização**: o caso de Campina Grande, PB (1996-2016).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 ed..SãoÁtica,1993.85p.IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2000 São Paulo.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Lima, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande** / Yure Silva Lima. - - João Pessoa: [s.n.], 2010.

Aguiar, Jose Otavio. **Construção civil, acidentes de trabalho em Campina Grande/PB**: um estudo da trajetória de vida dos trabalhadores envolvidos em seu processo de verticalização (1996 – 2013)

JORGE, Janes. Tietê: o rio que a cidade perdeu. São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2006. v. 1. 232p .

BARBOSA, Adauto Gomes. **Análise do mercado imobiliário de Campina Grande (PB). A partir da construção de condomínios horizontais e verticais**.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2004.153, p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 ed..SãoÁtica,1993.85p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2º Ed.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário** / Leonardo Barboza da Costa.- João Pessoa, 2013.

185f. : il.

Dissertação (Mestrado)– UFPB/CCEN

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: Arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**, Campina Grande, 2008. Dissertação (Mestrado)– USP

SILVA, Sílvio da Costa. **Processo de verticalização da cidade de Campina Grande: O crescente processo na urbanização e desenvolvimento**. Campina Grande, 2012. TCC (Licenciatura em Geografia) UEPB

SILVA, ABRB. **Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História**. In: OLIVEIRA, TB., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas*

históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 215-

240.

Matias, Allison Luna. **Vozes dissonantes do “progresso”**: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965) Campina Grande, 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFCG

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador: uma contribuição da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950)**. Niterói: Tese de Doutorado em História/

UFF, 2004.

COHN, Amélia; KARSCH, Úrsula S.; HIRANO, Sedi; SATO, et al. **Acidentes de trabalho: uma forma de violência**. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1985.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.243-255. 239

OLIVEIRA, Júlio César Mélo de. **Campina Grande: a cidade se consolida no século xx** João Pessoa - PB. UFPB, 2007. Monografia (Graduação em Geografia)

Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Departamento de Geociências. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – Campus I.

ALBUQUERQUE DO Ó, Alcides de. **Campina Grande: História & Política (1945 – 1955)**. Campina Grande: Edições Caravela/Núcleo Cultural Português, 1999. 324 p.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Volume 1, Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993, 565 p.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **IMAGENS Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União Editora, Prefeitura Municipal de Campina Grande / Secretaria da Educação, 2000. 189 p.

FERREIRA, Maria do Rosário. **Industrialização Dirigida e seus Impactos em Contexto Regional Arcaico e Dependente: A Experiência de Campina Grande – PB**. Dissertação de Mestrado em Geografia; Departamento de Geografia – UNESP, Rio Claro-SP, 1984, 153 p.

PIMENTEL, Cristiano. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001, 132p.

SILVA, Iranise Alves da. **A Crise da Moradia; a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, João Pessoa: Ed. Universitária, 1987.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Volume 23, nº 46, 2003, pp 61-92.

XAVIER, Maria do Socorro Cardoso. “**À Guisa de um Ensaio: Campina Grande**”, texto didático, 2006. UFPB/SEC. **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba**. Campina Grande: Grafiset, 1985.

FONTES

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000200004&lng=in&nrm=iso&tlng=in

<http://www.transportes.gov.br/bit/estados/port/pb.htm>

<http://www.citybrazil.com.br/pb/index.htm>

<http://www.citybrazil.com.br/pb/Campinagrande/www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp413.asp>

<http://portal.pmcg.pb.gov.br>

BONATES, Mariana Fialho. **Leis que (des)orientam o processo de verticalização. Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística.** La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y laparticipación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010, disponível em <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/517.htm>> Acesso em 2018

CAMPINA GRANDE – PB. Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP). **Transportes – Ônibus.** Disponível em: <http://www.sttpcg.pb.gov.br/transportes_onibus.jsp> Acessado em 2018.

CAMPINA GRANDE – PB. **Plano Diretor 2006.** Disponível em: <http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Plano_Diretor_2006.pdf> Acessado em 2018

ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS X Campina Grande/PB, 22-25/07/2009. Políticas de (de) envolvimento da/na região Nordeste: Uma leitura Geográfica. Campina Grande: Realize editora, 25/07/2009. 1-11.

<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/517.htm>> Acesso em 2018

CAMPINA GRANDE – PB. Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP). **Transportes – Ônibus.** Disponível em: <http://www.sttpcg.pb.gov.br/transportes_onibus.jsp> Acessado em 15 de fevereiro em 2018.

CAMPINA GRANDE – PB. **Plano Diretor 2006.** disponível em: <http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Plano_Diretor_2006.pdf> Acessado em 15 de Fevereiro de 2018

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Arquitetura Moderna Residencial em Campina Grande:** registros e especulações (1960-1969). João Pessoa: UFPB disponível em: <http://www.hidro.ufcg.edu.br/patrimoniocg/biblioteca_site_probex/FREIRE,%20Adria>

[na.%20Arquitetura%20Residencial%20Moderna%20de%20Campina%20Grande%20\(1960-1969\).%202007.pdf](#)>Acesso em 2018

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2000** São Paulo

_____. **Censo Demográfico 2010**

O GLOBO. **O Aumento da Verticalização no País**. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/o-aumento-da-verticalizacao-no-pais.html>>Acesso em 2018.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A Cidade Cogumelo** disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/180/189>>acesso em 2018

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Arquitetura Moderna Residencial em Campina Grande**: registros e especulações (1960-1969). João Pessoa: UFPB disponível em; <[http://www.hidro.ufcg.edu.br/patrimoniocg/biblioteca_site_probex/FREIRE,%20Adriana.%20Arquitetura%20Residencial%20Moderna%20de%20Campina%20Grande%20\(1960-1969\).%202007.pdf](http://www.hidro.ufcg.edu.br/patrimoniocg/biblioteca_site_probex/FREIRE,%20Adriana.%20Arquitetura%20Residencial%20Moderna%20de%20Campina%20Grande%20(1960-1969).%202007.pdf)>Acesso em 2018

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2000** São Paulo

_____. **Censo Demográfico 2010**

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/campina-grande-contabiliza-92-vitimas-de-acidentes-de-trabalho-este-ano.

<http://www.Grandecampina.com.br>

<http://www.FIEP.com.br>

<http://www.TRT.com.br>

<http://cgretalhos.blogspot.com.br>

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=71115&view=detalhes>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et al. **Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho**: AEAT 2011 – v.1. Brasília: MTE: MPS, 2012, p.15.

Jornal da Paraíba – **Especial de Aniversário de 140 anos de Campina Grande**. Caderno Especial de 11/10/2004. Campina Grande: Gráfica do Jornal da Paraíba, 24 p.